

*Migrações nacionais, gênero e relações sociais de dominação**

ANA LIÉSI THURLER
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo é um recorte da pesquisa comparativa *Migrações e Gênero. Mães solteiras migrantes: Brasil, França e Canadá. Direitos Humanos, Direitos sociais*. É aqui apresentada – preliminar e parcialmente – a pesquisa realizada com mães migrantes em Planaltina (DF), na região Centro-Oeste do país, que evidenciou o caráter gendrado, racializado/etnicizado, de classe dos fluxos migratórios. O universo pesquisado foi selecionado junto a 2.500 mães solteiras, com crianças da rede pública de ensino, sem reconhecimento paterno, convidadas a indicar o nome do pai pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A metodologia adotada incluiu entrevistas em profundidade e grupos focais. O trabalho tem um duplo horizonte: produzir reconhecimentos e conhecimentos e devolvê-los à comunidade de Planaltina; formar lideranças femininas para atuação em redes com o projeto *Promotoras Legais Populares (PLP-UnB)*.

Palavras-chave: Mães migrantes; Reconhecimentos; Violências.

Résumé: Cet article est un découpage de la recherche *Migrations et Genre. Mères célibataires au Brésil, en France et au Canada. Droits Humains, Droits Sociaux*. Il présente – préliminaire et partiellement – la recherche développée auprès des mères migrantes nationales à Planaltina (DF), à la région Centre-Ouest brésilienne, qui a mis en évidence la condition genrée, racialisée/ethnalisée, classée des flux migratoires. L'univers recherché a été sélectionné auprès de 2.500 mères célibataires, qui ont enfants à la réseau publique d'enseignement, enfants sans reconnaissance paternelle. Ces mères ont été invitées à indiquer le nom du père par le Parquet du District Fédéral et Territoires (MPDFT). La méthodologie a inclus des entretiens approfondis et des *focus groups*. Le travail a un double horizon : produire reconnaissances et connaissances et les retourner à la communauté de Planaltina ; former des leaders féminins pour l'action en réseaux, avec le projet *Promotrices de Justice Populaires*, à l'Université de Brasília.

Mots-clés: Mères migrantes ; Reconnaissances; Violences.

Apresentação

Este trabalho articula migrações nacionais e gênero, assumindo o suposto de que interpretações essencialistas da realidade social são cientificamente insustentáveis. Os grupos são construções históricas, sociais, dinâmicas e não coletividades cristalizadas. Palavras e conceitos, nas ciências sociais, são ferramentas para a construção do conhecimento – seja para interrogar e interpretar o real, seja para servir a reconfigurações do racismo, do sexismo e outras formas de hierarquizações e de relações sociais de dominação.

Ideologicamente conotadas, as palavras da linguagem comum, da política, utilizadas para falar sobre esses fenômenos carregam múltiplas significações [...]. Descrever e interpretar as relações sociais de dominação ligadas às categorias de sexo, origem, “raça”, nacionalidade, etc... requer vigilância e *precauções de uso* (FALQUET et RABAUD, 2008, p. 13).

Especialmente no campo das migrações, o conhecimento tem inescapável sentido político, podendo alimentar estereótipos e representações sociais legitimadoras de repressões da mobilidade das mulheres, dos pobres, das populações racializadas. A construção e preservação de relações de dominação incluem tanto o controle dessas populações, quanto das categorias de apreensão do mundo social.

Migrações – aqui nacionais, mas também no caso das internacionais – precisam ser interpretadas como processo, envolvendo racialização e etnização, sexuação, minorização, classificando grupos socioculturais. Por meio da alterização são construídas hierarquias e posições não-igualitárias entre grupos. Ponto crucial desse processo são as relações sociais de dominação e exploração produzindo *grupos minoritários*, engendrados social e historicamente, com estratégias de sobre-qualificação de alguns grupos e desqualificação de outros, *justificando-se* colocá-los sob tutela (DELPHY, 2008). Relações de dominação se instalam com desigualdades de reconhecimento, de distribuição de bens materiais e não-materiais, de representação. As migrações das mulheres se situam na intersecção das relações sociais de sexo, de políticas e economias locais, nacionais e internacionais, de motivações pessoais.

As migrações – fenômeno social sexuado, racializado, classisado – durante longo tempo foram objeto marginal, periférico das ciências sociais. Muito contribuiu para isso, o fato de as mulheres – sobretudo as pobres e não-brancas – terem sido mantidas como sujeitos invisibilizados. A pauta dos processos migratórios secundarizou durante longo tempo dinâmicas importantes de opressão e dominação, de mudanças – tanto na apreensão das sociedades de partida, quanto nas sociedades receptoras. Grande parte dos estudos sobre migrações tem negligenciado as relações sociais de poder – entre elas, destacam-se as relações sociais de sexo –, presentes em uma e outra sociedade.

A focalização de certas categorias de migrantes – por exemplo, de reagrupamento familiar – tem ocultado outras realidades como a situação de mulheres migrando sós, sem direitos nem documentos (BRASILEIRO, 2008).¹ Nas migrações nacionais não se atenta devidamente para as desigualdades – econômicas, de participação política – e as diversidades – religiosas, culturais –, nem para a pluralidade de percursos e de pertencimentos, tornando as culturas de origem as responsáveis pela difícil emancipação das mulheres migrantes.

Mães migrantes em Planaltina (DF)

O universo da pesquisa da qual este artigo é um recorte são mulheres-mães solteiras com filhos/as sem reconhecimento paterno que se fixaram em Planaltina, no Distrito Federal.² As desigualdades regionais brasileiras se manifestam também nos destinos das diversas correntes migratórias nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em Planaltina predomina a corrente nordestina, presente também em outras cidades-satélites, tais como, Ceilândia, Samambaia, São Sebastião, Paranoá, Santo Antonio do Descoberto, Novo Gama. Em Planaltina, as mulheres representam 53,6% da população, sendo que 29,7% delas estão na condição de chefes do domicílio. A taxa de analfabetismo é de 3,9%.³

Tabela 1. Ritmo do crescimento populacional. 1960-2000.

	1960	2000	Incremento
Planaltina (DF)	4.651	147.114	31 vezes

Brasília (DF)	92.761	528.842	6 vezes
Distrito Federal	141.742	2.051.146	14 vezes

Fonte: IBGE, *Censos Demográficos*.1960-2000.

Planaltina tinha já um século quando Brasília foi inaugurada, em 1960. Em 2009, completou 150 anos, mas certamente a criação da Capital foi decisiva para o crescimento de sua população, que se situa entre aquelas com mais baixa renda no aglomerado urbano de Brasília. Observe-se o ritmo de expansão populacional de Planaltina relativamente a Brasília e, mesmo, ao conjunto da população do Distrito Federal (Tabela 1).

Planaltina (DF): mães migrantes solteiras, com crianças sem reconhecimento paterno

Entre as mães solteiras migrantes ocupadas, a maioria encontrou precária inserção no trabalho doméstico, sem reconhecimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários, mantendo-se na informalidade todas as integrantes do universo pesquisado. Foi o que revelou a pesquisa de campo realizada em Planaltina (DF), em 2009 e 2010. Com indicações de uma lógica e uma dinâmica semelhantes, presidindo processos migratórios nacionais e internacionais, podemos lembrar que números oficiais indicaram ter sido também o trabalho doméstico a via principal de acesso ao território espanhol para 63% das imigrantes não pertencentes à Comunidade Européia.⁴

A realidade de trabalhadoras precárias articula-se com a condição de mães de crianças sem reconhecimento paterno. Já em 15 de maio de 2001, quando iniciava minhas pesquisas no campo do reconhecimento paterno, a precariedade da situação das mulheres-mães solteiras com crianças sem reconhecimento paterno era apontada pela Promotora de Justiça Leonora Brandão Pinheiro, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em entrevista que me concedeu. Na oportunidade ela declarou:

[...] entre as mães demandantes [de reconhecimento da paternidade de suas crianças], 30 a 40% estão desempregadas. Conforme os depoimentos, os empregos foram perdidos com a gravidez; entre as que estão empregadas, 90% são trabalhadoras domésticas (THURLER, 2009, p. 156).

A pesquisa atual demonstra manter-se tanto o quadro do não-reconhecimento de direito ao trabalho digno das mulheres-mães – agora com o foco em migrantes nacionais, no trabalho doméstico não-formalizado –, quanto o quadro de crianças também destituídas de reconhecimento paterno. Se a mulher brasileira precisa provar a paternidade de sua filha, de seu filho, a mulher brasileira trabalhadora doméstica se vê em condições ainda mais difíceis. Como bem analisa Nunes:

[...] o ato de despojar mulheres do meio pobre – particularmente o caso aqui analisado, das trabalhadoras domésticas – de sua capacidade de ser mãe, impedindo-as de ascender a um *status* que é retribuído por privilégios e um prestígio – mesmo que seja de maneira extremamente *ambígua* – pode também revelar os paradigmas de uma determinada cultura. [...] A dúvida persiste sobre sua possibilidade real de construir uma identidade positiva de mãe e de trabalhadora. O que elas fazem no ato de procriar reduz-se apenas a uma relação sexual e daí serem consideradas mulheres fáceis, passo que é rapidamente transposto e que as exclui do *status* de mãe (1997, p. 187-188).

Os companheiros – transitórios ou permanentes – dessas mulheres, mães-trabalhadoras domésticas, permitem a si próprios ignorar essas maternidades, tendo se naturalizado no país essa possibilidade masculinista que lhes faz acreditar estar à sua disposição a alternativa do não-reconhecimento. Constitui-se, assim, uma forma de opressão das mulheres nas relações sociais de sexo, além da maternidade solitária, a maternidade não escolhida – em um país em que os Direitos Reprodutivos não são garantidos e em que a interrupção voluntária da gravidez ainda é criminalizada.

As falas das mães solteiras migrantes remetem a experiências de não-reconhecimento de sua *dignidade* como pessoa humana e cidadã, a vivências de discriminações e de abandono. Destaco o depoimento de uma participante de grupo focal:

[...] ele morava em minha cidade. Era caminhoneiro, descarregava mercadoria. Aí eu falei com ele [que achava estar grávida]. No outro dia, que eu fui levar o resultado [do exame] que estava mesmo grávida, ele já não 'tava mais. Aí, desse tempo prá cá, nunca mais [o vi].

“... se a migração fabrica mudança, ela também é fabricada pela mudança”⁵

Ao se adotar uma perspectiva não-binária sobre as migrações – neste caso de mulheres-mães –, surge como crucial a resistência ao sexismo, ao racismo, à exploração de classe, às relações sociais de dominação empreendida pelas mulheres migrantes. O binarismo é uma armadilha, colocando fronteiras epistemológicas entre a *sociedade de chegada* e a *sociedade de partida*, tanto nas migrações internacionais, quanto nas migrações nacionais.

As análises binárias, fundadas em um paradigma evolucionista que aparta, separa e distingue dois tipos de sociedade, alimentam estereótipos sobre migrantes e suas sociedades de origem. Essas análises opõem tradição e modernidade, cultura de partida e cultura de chegada. Paradigmas de binaridade crêem em mudanças lineares e têm se mantido pouco submetidos à crítica, facilitando a proliferação de estereótipos e preconceitos. Constituem-se em uma modalidade do que Spivak (2010) designa *violência epistêmica*, por meio da qual um conhecimento é só pretensamente apolítico mas efetivamente hierarquiza culturas e grupos em *territórios de atraso* e de *progresso*. Então, o opressivo, o tradicional é ligado à sociedade de origem. À sociedade de chegada é vinculado o emancipatório, o *moderno*. Paradigmas de binaridade negam dinâmicas de gênero nas sociedades de partida, cristalizando-as. Também essas sociedades não escapam às transformações que ocorrem em todas as culturas. Manry e Ribas-Mateos bem consideram a mobilidade das mulheres “barômetro das transformações sociais e culturais nas sociedades de origem” (2005, *apud* MOUJOURD, 2008, p. 20).

A violência recusada pelas migrantes está na partida. Está também na chegada

A violência masculina é recalcitrante e vem sendo recusada e enfrentada pelas mulheres brasileiras com organização, denúncias, vigílias, pressão por aprovação e implementação de leis e políticas públicas, há mais de três décadas. Esta pesquisa revela como ocorrem – por meio dos deslocamentos, exílios, migrações das mulheres-mães – dinâmicas de mudança nas relações sociais de sexo/gênero, nas relações de dominação, nas

sociedades e culturas de origem. Mulheres pelo país não aceitam viver em situação de violência. E partem.

Ei, Antonina, Antonina minha filha
Cuide da sua vida
Não deixe parecer com a minha
Eu fiz silêncio demais
Silêncio demais,
Silêncio demais.
(*Mandala*, Ellen Oleria)⁶

As participantes desta pesquisa, mães solteiras migrantes em Planaltina (DF), se empenharam em seguir a recomendação feita a Antonina pela mãe, na canção de Ellen Oleria: não reproduzir o comportamento materno, não silenciar demais nem cuidar de menos da própria vida. E as falas dessas mães migrantes – em grupos focais e em entrevistas em profundidade – indicam não ser somente a pobreza ou a busca de melhores condições de vida as razões pelas quais essas mulheres migraram. Reiteradamente declararam que emigrar, deixar sua terra, foi *a opção* encontrada para sair de situações de violência. A participante mais velha no universo da pesquisa relatou que veio para Planaltina em 2004, por causa da filha que era espancada pelo companheiro. Sozinha, a filha não sairia daquela situação, pois tinha duas crianças. A participante conta que entre os oito filhos que teve, essa filha vivia sob as condições mais difíceis, vítima da violência. A avó, a filha e as netas migraram e, após algum tempo, o ex-companheiro da filha também teria vindo para o Distrito Federal. Segundo soube, ele teria partido de Caxias (MA), alardeando pela cidade ameaças contra a própria que confessa “Cada vez que chego na Rodoviária [do Plano Piloto de Brasília, ponto de convergência de moradores/as do Distrito Federal], tenho muito medo de ser encontrada por ele”. Outra participante fala sobre as razões de ter emigrado de São Luís (MA) relacionando-a ao companheiro que a ameaçou de morte desde que ela protegeu dele uma das filhas de sua primeira união:

Quando comecei a me relacionar com ele, eu tinha duas filhas de um relacionamento anterior. E desde o início ele tinha um gostar mais de uma do que da outra. As pessoas começaram a desconfiar: “Cuidado com essa menina, ele tem um gostar diferente da outra”. Então, passei a vigiar, até que aconteceu.

Ele não chegou a abusar dela porque eu cheguei a tempo e vi, tive certeza do que eu já desconfiava, do que as pessoas desconfiavam. Eu denunciei. Foi uma confusão. Revistaram ele em casa, levaram *eu*, levaram as meninas, que tiveram que falar tudo lá na frente dele. Que aconteceu? Ele mandou me matar. Foi aí que eu tomei a decisão de vir embora, de não ficar mais lá.

A maioria das mães migrantes de Planaltina (DF), participantes da pesquisa, porém, declarou haver sofrido novas formas de violência após a migração, na cultura receptora, na sociedade de chegada. Com baixa escolaridade, mantêm-se na informalidade, sobrepondo-se discriminações de sexo/gênero, raça/etnia, regionalidade, por serem trabalhadoras domésticas, por serem mães solteiras, migrantes, resultando daí forte exposição a múltiplas formas de violência ligadas às relações sociais de dominação, como assédio, violência sexual, estupro.

Vivi esse tipo de preconceito. Já aconteceu comigo de várias vezes de patrão achar porque eu era empregada doméstica, que poderia abusar [...] Então sempre eu saía, trabalhava um mês e olhe lá, às vezes nem chegava a isso, porque a perseguição era muita e eu tinha que escolher entre aceitar o que eles queriam, ou sair do emprego. [...] Depois que eu passei a trabalhar na roça, na lavoura, nunca mais tive esse tipo de preconceito, mas em casa de família é duro, é muito difícil. Quando não é o patrão é o filho do patrão, quando não é o patrão é o irmão [do patrão], achando que porque a gente é mãe solteira a gente é jogada...

Ainda outro depoimento na mesma linha:

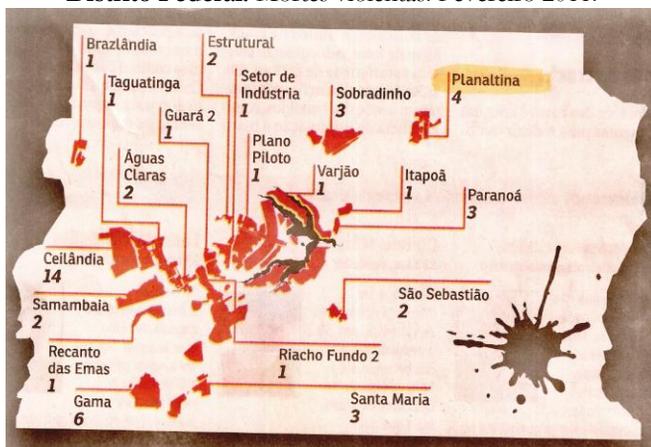
Arrumei problemas uma vez que o meu patrão [aqui] tentou me violentar. Eu tive um patrão também lá em Minas que tentou. E quando eu falei que ia denunciar, ele disse que ia falar que eu *'tava* roubando. E falou *pra* minha patroa, que me mandou embora porque eu *'tava* roubando.

Nesta pesquisa, a crença do senso comum de que as mulheres migrantes se deslocam para fugir da pobreza não se sustenta. Mães migrantes – mesmo bastante vulneráveis, sem escolaridade e renda – ousam deslocamentos de mais de 1.000 km para sair de situações de violência. Ficou

evidenciado que mulheres mesmo em condições de extrema precariedade recusam situações de violência. Esse depoimento foi comum a todas as participantes migrantes nos grupos focais e nas entrevistas em profundidade. A produção de conhecimento que contribua de qualquer modo para ocultar ou minimizar essa realidade na dinâmica atual das relações sociais de gênero pode ser identificada como uma modalidade de *violência epistêmica* (SPIVAK, 2010).

No Distrito Federal, espaço de chegada, as mulheres migrantes encontram uma sociedade com crescente violência, não só contra a mulher. Em fevereiro de 2010 ocorreram 39 mortes violentas e em fevereiro de 2011, houve um aumento de 28% nesses registros, com 50 mortes violentas, frequentemente envolvendo jovens homens, muitos entre eles, filhos dessas mulheres. Neste ano, Planaltina, com 4 mortes violentas, só foi suplantada por Ceilândia (14 assassinatos) e Gama (6 mortes violentas), conforme mapa do Distrito Federal a seguir:

Distrito Federal: Mortes violentas. Fevereiro 2011.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – DF (Arte: Joelson Miranda) ⁷

A Primeira Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios foi realizada em 2004 e omitiu qualquer referência à questão da violência contra as mulheres entre as motivações para os deslocamentos nacionais. Usou categorias motivacionais para a migração tais como: melhorar a vida, estudo/escola, trabalho, moradia, adquirir lote, acompanhar parentes, saúde da pessoa e outros motivos. A violência não foi cogitada como fator

motivador para deslocamento de mulheres migrantes, pois, inclusive atentaria contra uma representação social ainda presente no senso comum de que as mulheres não sairiam de situações de violência. Hesitariam em fazê-lo. As vozes ouvidas nesta pesquisa nos mostram, entretanto, que elas partem. Saem da situação de violência, mesmo com baixa escolaridade e renda e em condições de extrema vulnerabilidade.

Não só esse fato se constitui em grave *déficit* analítico, mas também o exame dos fluxos migratórios omitindo as mulheres, as condições de gênero e suas motivações para emigrar, os modos de interseção social e laboral no novo *território* em que se fixaram. Pesquisas em geral continuam tomando como referência o homem, ou *neutramente*, os domicílios. Apenas se as ciências sociais superarem seu androcentrismo que, no exame das questões migratórias, poderão contribuir para amenizar as discriminações que atingem as mulheres migrantes.

O que nos revelam as mães-migrantes de Planaltina — mulheres sós, mães solteiras, muitas vezes sem escolaridade nem renda e, por vezes, até sem documento? Os projetos dessas migrantes vinculam-se à busca de autonomia, iniciada já na sociedade de origem, onde essas mulheres vêm a partida como alternativa às situações subalternas e de violência que vivenciavam. Ao longo de seu percurso migratório, essas mães-migrantes se situaram/situam entre a busca de autonomia e as restrições de diversas ordens, pois, em uma e outra sociedade, não escapam às relações de dominação e às normas sexistas. As relações sociais de sexo são estruturantes e referenciadoras do funcionamento da sociedade de partida e da sociedade de chegada. Entre as propriedades dessas relações sociais encontra-se seu caráter de transversalidade, ou seja,

se pode encontrar essas relações em ação por toda parte na sociedade e sua lógica coloca em relação ou articula todos os campos da sociedade [...] Essas relações podem operar “por toda parte”, significando que se pode descobri-las agindo mesmo lá onde somente uma categoria de sexo está representada (DEVREUX, 2005, p. 570-571).

As identidades de mulheres-mães-solteiras-migrantes são construídas sob uma perspectiva sexista, pois as relações sociais de sexo são a base para outras categorias que não as de sexo, propriamente. Na ordem sócio-sexual, nada escapa ao regime de sexo/gênero, que contribui também para se

construir uma representação de nação e um projeto nacional incluindo desigual distribuição de reconhecimentos, de privilégios e de vulnerabilidades. As diferenças, os papéis de sexo são instrumentais, detendo uma funcionalidade na ordenação e na preservação das instituições, na vida política e econômica.

É constante nas hierarquias: todas são sexuadas. Sejam de classe ou de castas, de grupos de idade, do “sistema simbólico” (organizador do poder), da disciplina administrativa no interior das instituições ou do Estado, das ideologias dominantes, do regime de sexos, do racismo ordinário, da ordem mundial, etc., todas as hierarquias começam, se instauram, definindo o papel dos dois sexos. [...] Esse fato crucial na constituição da nação é completamente negligenciado por muitos autores que estudam a dinâmica da nação e dos nacionalismos (IVEKOVIC, 2003, p.35).⁸

O trabalho precarizado das mães solteiras migrantes de Planaltina convive e sustenta empregos formais com altos salários e direitos garantidos. Há dinâmicas históricas de gênero e raça no desenvolvimento capitalista. A expansão da economia informal reduz custos ao empregador. Esses custos da informalização são pagos especialmente por imigrantes e mulheres, que vêm se tornando mais e mais responsáveis pela sobrevivência de suas famílias e pela economia de seus países e/ou locais de origem.

Nesse fenômeno migratório as mulheres mães solteiras estão, ao mesmo tempo, na condição de emigrantes – deixaram seu estado natal –, e de imigrantes – instalaram-se em um novo território, no caso deste estudo, em Planaltina, no Distrito Federal. É imprescindível buscar captar *um processo, pois*, conforme assinala Kibria (2000), os mecanismos de diferenciação de grupo, de identidade, de fronteiras precisam ser vistos não como algo dado, mas como elementos dinâmicos que estão sempre sendo reelaborados e produzidos.

Como se disse, as vozes das mulheres integrantes da pesquisa testemunharam terem sido motivadas a emigrar, para sair de situações de violência. Entretanto, ao chegarem ao novo local de vida, na condição de migrantes, sem sua família e sua rede de proteção afetiva e social de origem já atingida, frequentemente, sofrem novas violências. As múltiplas vulnerabilidades, as relações sociais de sexo e raça/etnia hierarquizadoras transversalizam nossa sociedade, nossa cultura, nosso território. O cotidiano

dessas migrantes é marcado pela vivência da dialética entre desvalorizações, desemprego, emprego precário e relações sociais de dominação reforçando estigmatizações, mas, por outro lado, lutas por reconhecimento e autonomia, representada desde logo por sua condição de migrantes.

Mulheres-mães migrantes em seu próprio país: gênero e cidadania em circuitos transfronteiriços

Privilegiadamente as pesquisas em migrações e gênero expõem as continuidades das relações de poder que enfrentam mulheres migrantes nas relações sociais, em todos os espaços em que transitam. Na análise, não cabem binarismos que apresentem visões racistas e cristalizadas sobre a sociedade de origem e coloquem olhares idílicos sobre a sociedade de chegada. As regiões receptoras desejam ter controle sobre essa população que migra – sobre seu peso político e social, orientá-la para determinadas atividades. Práticas xenófobas e excludentes criminalizam e *anormalizam* essas populações sexuadas, racializadas e proletarizadas.

Nas migrações nacionais, em situações e processos transfronteiriços – mesmo no interior de uma mesma região, como caso recentemente ocorrido que aqui incluo – constatam-se mecanismos de naturalização das relações sociais de dominação, reconfigurações do racismo e processos de *alterização*. As mulheres acumulam tão só direitos parciais e, com frequência, contingentes, o que Ong designa *cidadania flexível* (*apud* SASSEN, 2010, p. 359).

Eis fragmentos de relatos em órgãos da mídia nacional sobre o caso ocorrido em 21.02.2011, em Manaus, emblematicamente envolvendo o prefeito da cidade (Amazonino Mendes, PTB/AM) e uma mãe-migrante de Prainha no estado do Pará. Nesse *diálogo-enfrentamento* a relação social de poder, estruturada a partir das relações de sexo/gênero, classe, *raça*/etnia, origem, coloca-o como elite dominante, ela, *alterizada*, paraense, *população ribeirinha*, detentora de *cidadania flexível*, frágil, responsável pelos problemas com que *perturbam* a ordem e... o prefeito. Em visita à área de risco que sofrera deslizamentos, o prefeito e a moradora desempregada, mãe-migrante na própria região norte, tiveram um *encontro* assim registrado:

Laudenice Cantalista de Paiva, 37, mãe de sete filhos e avó de um bebê, interrogada pelo prefeito, por que morava ali:

- Nós estamos morando aqui porque não temos condições de ter uma moradia digna.

O prefeito: - Minha filha, então morra, morra.

A seguir, ele perguntou de onde ela vinha e a mulher-mãe respondeu ser paraense.

O prefeito: - Pronto. Tá explicado.⁹

Axel Honneth, teórico crítico da *luta por reconhecimento*, evoca Ralph Ellison e seu *Invisible Man* – obra preciosa para uma fenomenologia do não-reconhecimento e da invisibilidade –, registrando que “A história cultural oferece numerosos exemplos de situações nas quais os dominantes expressam sua superioridade social não percebendo aqueles que eles dominam” (2004, p.136-137). Tornar outra pessoa invisível é um modo de ignorá-la, desconsiderá-la, humilhá-la, empurrá-la à não-existência. Essa foi a vivência de violência institucional por Laudenice, identificada como migrante, ainda que em sua própria região.

Alberto Cesar Araujo/Folhapress



Laudenice com as filhas. Ela quer processar prefeito de Manaus, que disse a ela que "morra".

A questão do não-reconhecimento da mulher-mãe-migrante brasileira: *Eu me senti um nada...*

Por seu próprio depoimento em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, essa mãe-migrante se percebeu destituída de reconhecimento, tributário que é também de posturas corporais e de palavras capazes de

expressá-lo publicamente. “Somente aqueles/as que sentem ser objeto desse conhecimento positivo, refletido em modos de comportamento assumidos pelo outro se sabem socialmente reconhecidos/as pelo outro em um nível elementar” (HONNETH, 2004, p. 144). Eis fragmentos dessa entrevista:

- **Folha:** Por que a senhora veio para o Amazonas?
- **Laudenice:** Sou de Prainha, no Pará. E a vida lá era muito difícil. Meu marido arrumou emprego aqui e eu também. Trabalhava como doméstica.
- **Folha:** E como a sra. chegou a Santa Marta, em Manaus?
- **Laudenice:** Vim porque não tinha condição de comprar terreno em outro canto. Não é uma invasão, mas é área de risco. Paguei R\$ 6.000.00. No domingo, durante a chuva, a água invadiu a casa. Perdi o fogão. Fiquei sem roupa para usar.
- **Folha:** Como foi o encontro com o prefeito?
- **Laudenice:** Pensei: "Vou correr para ele ajudar". Estava em estado de choque. Eu disse: "Só o senhor para solucionar nosso problema". Ele: "Quem manda invadir área de risco?" Eu disse: "Não temos condições de morar onde o senhor mora. Por isso estamos aqui". Ele perguntou: "De onde você é?". Eu disse: "Do Pará". E ele: "Tá explicado". Depois o pessoal da prefeitura saiu me empurrando. Hoje me sinto muito humilhada [chora]. Passo na rua e o pessoal *manga* de mim.
- **Folha:** E quando ele disse "morra"?
- **Laudenice:** Para mim, a vida acabou naquele momento. Eu me senti um nada.
- **Folha:** Sobre a moradia, o que ficou definido?
- **Laudenice:** Meu desespero maior era para ter uma casinha. Todo mundo perdeu tudo. Quando desabou a casa [dos vizinhos, matando três deles], ligamos para os bombeiros, mas eles não apareceram e nós cavamos com a mão para retirar os corpos. Meu filho tirou uma criança. Meus filhos não dormem.
- **Folha:** O que a sra. vai fazer?
- **Laudenice:** Minha vontade é processar por discriminação. Não pediu desculpas.¹⁰

Interpreto a fala de Laudelina inserida nos itinerários da constituição de sujeitos políticos femininos deste país. É certo que a interrogação de Spivak invoca consideravelmente a situação indiana: “Com que voz-consciência o subalterno pode falar?” (2010, p. 61), mas a pergunta cabe, também, à situação da brasileira migrante em seu próprio país que, entre

desempoderamentos e resistências, vai fazendo ouvir sua voz, ampliando sua consciência de discriminada.

Considerações finais

Quais são os efeitos dos deslocamentos para as mulheres migrantes? É no campo das relações sociais de poder que os efeitos das migrações das mulheres são decididos. *Boas práticas epistemológicas* devem trazer em seu cerne a análise dessas relações, fugir de interpretações binárias, simplistas e simplificadoras, trabalhando as possibilidades de desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da cidadania das migrantes por meio de associações com pessoas e grupos que lhes são próximos e solidários.

Os efeitos da migração não são necessariamente o empoderamento ou a modificação das relações sociais de sexo, pois as relações de poder se reconstróem em contextos migratórios. É a partir da organização em associações que as possibilidades emancipatórias se ampliam e ganham consistência. O binarismo impede considerarmos a possibilidade real de migrantes desfavorecidas de diversas origens virem a compartilhar com mulheres locais as condições concretas de exploração e dominação e, também, a criação de novas formas de luta.

Apesar de grandes resistências, transformações são possíveis. A cidadania em processos transfronteiriços se inscreve mais e mais nas dinâmicas das práticas sociais de lutas por reconhecimento, por constituição de sujeitos políticos. Emergem de solidariedades e de alianças.

Referências

- BRASILEIRO, Tula Vieira. *Filho de*: um estudo sobre o sub-registro de nascimento na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2008. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio>.
- DELPHY, Christine. *Classer, dominer*. Qui sont les « autres »? Paris : La Fabrique Éditions, 2008.
- DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Trad. Ana Liési Thurler. *Sociedade e*

Estado, Brasília (DF), v. 20, n.3, p. 561-584, set/dez 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300004&lng=pt&nrm=iso, acessado em 08.04.2011.

FALQUET, Jules e RABAUD, Aude. Introduction. *Les cahiers du CEDREF*, Femmes, genre, migrations et mondialisation, Paris, n° 16, p. 7-32, 2008. Disponível em <http://cedref.revues.org/571>, acessado em 29.03.2011.

HONNETH, Axel. Visibilité et invisibilité. Sur l'épistémologie de la « reconnaissance ». *Revue du Mauss*. De la reconnaissance. Don, identité et estime de soi, n° 23, p. 136-154, premier semestre 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960-2000.

IVEKOVIC, Rada. *Le sexe de la nation*. France : Éditions Léo Scheer, 2003.

KIBRIA, Nazli. Race, Ethnic Options and Ethnic Bonds: Identity Negotiations of Second-Generation Chinese and Korean Americans. *Sociological Perspectives*. University of California Press, v. 43, n° 1, p. 77-95, spring 2000.

MANRY, Véronique e RIBAS-MATEOS, Natalia. Mobilités au féminin, ou comment appréhender la place des femmes et des mobilités dans la globalisation. *Mobilités au féminin, Journées d'études*, Tanger, 15-19.11.2005. Disponível em <http://www.mmsh.univ-aix.fr>, acessado em 29.03.2011.

MOUJOURD, Nasima. Effets de la migration sur les femmes et sur les rapports sociaux de sexe. Au-delà des visions binaires. *Les cahiers du CEDREF*, Femmes, genre, migrations et mondialisation, Paris, n° 16, p. 57-79, 2008. Disponível em <http://cedref.revues.org/577>, acessado em 30.03.2011.

NUNES, Christiane Girard. Identidade e cultura: reflexões sobre uma categoria sócio-profissional. In NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.) *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 179-208.

ONG, Aihwa. *Flexible citizenship*. Durham, NC, Duke University Press, 1999.

SASSEN, Saskia. *Contrageografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción: Amanda Pastrana Izquierdo, Claudia Laudano, Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

_____. *Territorio, autoridad y derechos*. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales. Trad. María Victoria Rodil. Buenos Aires/Madrid: Katz Editores, 2010 [2006].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THURLER, Ana Liési. *Em Nome da Mãe*. O não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

_____. Mães solteiras migrantes em Planaltina (DF). Violências, exílios, esperanças de mulheres brasileiras. Comunicação no ST 56 – Mulheres na diáspora: viajantes, imigrantes, refugiadas, *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, diversidades, deslocamentos*. Realizado entre 23 e 26 de agosto de 2010, em Florianópolis (SC), promoção da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010a.

_____. Mães solteiras migrantes brasileiras e reconhecimentos: dessas mulheres-mães e dessas crianças. *XXIX Congresso da LASA* (Associação de Estudos Latino-Americanos), *Crise, resposta, recuperação*, realizado em Toronto, Canadá, de 6 a 9.10.2010.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 15 de janeiro de 2011 e aprovado para publicação em 13 de fevereiro de 2011.

¹ Em sua tese de doutoramento, Brasileiro (2008) estuda mães brasileiras na Maternidade do Hospital Carlos Chagas, no Rio de Janeiro do início do século XXI. Diversas entre elas não podem registrar suas crianças por serem elas também indocumentadas. É o fenômeno do *sub-registro de nascimentos*, colocado na agenda social do país pela *Articulação de Trabalhadoras Rurais – Regional Sul*, na última década do século passado e que vem sendo enfrentado pelo país com a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (THURLER, 2009).

² Um primeiro registro desta pesquisa foi apresentado no *Fazendo Gênero 9* (THURLER, 2010a).

³ Para maiores informações sobre Planaltina (DF) remeto a THURLER, 2010b.

⁴ Entre as mulheres com autorização para trabalho, 41.6% estariam no serviço doméstico, 6.9% na hotelaria, 6.4% em escritórios e 3.6% no setor de limpeza. (Colectivo IOE, *Mujer, inmigración e trabajo*, IMSERSO-Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales: Madrid, 2001. Apud, Cristina Vega Solis y Sandra Gil, na *Introdução* da tradução espanhola de SASSEN, 2003).

⁵ MOUJOURD, 2008, p. 20.

⁶ A música pode ser ouvida em <http://www.youtube.com/watch?v=fTD1mq01AJw>.

⁷ BERNARDES, Adriana. Violência. Vítimas da droga e do crime. *Correio Braziliense*, 28.03.2011.

⁸ No original: “C’est d’ailleurs constant dans les hiérarchies : toutes sont sexuées. Que ce soit celles des classes ou des castes, des groupes d’âge, du « système symbolique » (organisateur du pouvoir), de la discipline administrative au sein des institutions et de l’État, des idéologies dominantes, du régime des sexes, du racisme ordinaire, de l’ordre mondial, tc., toutes les hiérarchies commencent, en s’instaurant, par redéfinir le rôle des deux sexes. [...] Ce facteur crucial de la constitution de la nation est complètement négligé chez beaucoup d’auteurs qui étudient la dynamique de la nation et des nationalismes » (IVEKOVIC, 2003:35).

⁹ BRASIL, Luisa. Prefeito de Manaus manda moradora de área de risco morrer. *Correio Braziliense*, 21.02.2011, disponível em <http://tinyurl.com/3e6ywzo>. Acessado em 03.04.2011.

¹⁰ BRASIL, Kátia. "Eu me senti um nada", afirma mulher xingada por prefeito. *Folha de São Paulo*, 24.02.2011, Caderno Cotidiano. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/880556-eu-me-senti-um-nada-afirma-mulher-xingada-por-prefeito.shtml>. Acessado em 03.04.2011.